

Plínio Marcos, ‘cronista de um tempo mau’ (1964-1985)^{1 2}

Renato de Souza³

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Resumo

Este trabalho busca analisar as crônicas de Plínio Marcos, publicadas entre 1968 e 1985, expondo uma reflexão sobre um período de perseguições, de censuras e prisões políticas a que se associa a produção pliniana publicada em veículos jornalísticos; apontar um processo de criação do citado autor, a constituição de perfis e/ou de situações cotidianas, transportados para o gênero da crônica. É, a propósito, pelo viés de “cronista”, que Plínio Marcos se notabilizará como um dos autores mais representativos e polêmicos de “um tempo mau”, o do regime militar (1964-1985). É nesse contexto, aliás, que o autor, então rotulado como “subversivo” e “comunista”, se transforma em alvo de censura, perseguição e prisão política, por causa de seu distintivo exercício de liberdade de expressão individual, social e artística, sem, porém, se vincular a qualquer programa político-partidário.

Palavras-chave

Plínio Marcos; Meios de Comunicação de Massa; Crônica; Ditadura; Liberdade de Expressão

Natural de Santos, Plínio Marcos de Barros nasceu em 29 de setembro de 1935. Embora possamos tomá-lo como um artista pouco conhecido do grande público (ao menos fora da esfera de atuação teatral), estudiosos e críticos de suas obras o consideram como um dos autores mais inventivos do país. Filho de família classe média (para os padrões de sua época), ele estudaria apenas até a 4ª série do curso fundamental. Foi funileiro, serviu a Aeronáutica, por pouco não virou jogador de futebol profissional⁴. Mas, por meio de incursões ao mundo do circo é que seus caminhos seriam definidos. Aos 19 anos, ele já encarnava o palhaço Frajola em companhias circenses e de teatro de variedades; além de atuações em emissoras de rádio e televisão da Baixada Santista. Em 1958, aos 23 anos, Plínio escreveria *Barrela*⁵, sua peça inaugural, a partir da qual ele despontaria no cenário da

¹ Trabalho apresentado no DT 8 GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

³ Doutorando do Curso de Letras (História da Literatura) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e-mail: souzarenatode@gmail.com

⁴ Plínio Marcos teve passagens pelas equipes do Jabaquara Atlético Clube e da Portuguesa Santista – ambas as agremiações da cidade de Santos.

⁵ *Barrela*, a primeira de suas peças, foi, então, apresentada à jornalista e escritora modernista Patrícia Galvão – a Pagu, de quem o autor receberia crítica elogiosa. Mas o texto de sua peça inaugural só seria encenado um ano depois, 1959, sob a direção do próprio Plínio, no Centro Português, em Santos, para uma única apresentação; em seguida, a obra teatral seria

dramaturgia brasileira. Aos 25 anos, muda-se para São Paulo, onde começa a vida como camelô, para, aos poucos, investir em sua carreira artística, ao se lançar como ator, contista, romancista, cronista, jornalista e dramaturgo reconhecido.

É pelo teatro, aliás, que o autor ganharia maior projeção crítica. Dono de um texto peculiar, vinculado à temática dos ambientes marginais da sociedade, Plínio Marcos seria marcado – ao longo de sua vida – pelo estigma de “marginal” e/ou de “artista maldito”, seja pelas características de seu texto ou pela forma irreverente com a qual contestava a censura política e as tradições culturais de sua época. Em *Bendito maldito: uma biografia de Plínio Marcos*, Oswaldo Mendes resgata vários episódios sobre a censura vinculados ao autor, entre os quais destacamos o registro de uma manchete autoexplicativa da revista *Fatos & Fotos*: “Um jovem sob censura”; no texto, o dramaturgo é descrito como “o autor mais proibido do moderno teatro brasileiro”. No relato biográfico, Mendes (2009, p. 162-163) mostra as dificuldades enfrentadas por autor e atores da peça *Navalha na carne*, que, em 1967, tentavam convencer os censores da ditadura militar a permitir a encenação dramática da peça no teatro Oficina, no Rio de Janeiro. Censurado, o ensaio teatral é transferido para a casa de Tônia Carreiro, atriz que fazia a personagem de Neusa Sueli na peça, em um episódio que ficaria conhecido como “No inviolável exílio de Santa Tereza”, conforme as palavras de Yan Michalski, crítico do *Jornal do Brasil*. Proibida em todo o país, a peça pliniana seria “secretamente” encenada e vista por um grupo restrito de convidados e críticos.

Mas, não apenas o “Plínio Marcos dramaturgo” sofreria censura política. O “Plínio Marcos cronista” também receberia tratamento semelhante por parte dos militares, desde o seu ingresso na grande imprensa do país, em 1968, ano marcado como um dos anos mais emblemáticos da história política do país. É época na qual o AI-5 (Ato Institucional de nº 5) vigora e se intensifica a prática de violência repressiva, patrocinada pelo regime militar, iniciado em 1964. Em consequência do Ato, parte da população – capitaneada pela “classe média intelectualizada”, principalmente associada a movimentos de esquerda política – se posicionaria de forma contrária e crítica à ditadura militar instalada. Em agosto daquele ano, período em que Plínio iniciaria sua colaboração semanal no jornal *Última Hora*, “a *Folha [de São Paulo]* noticiava que a situação era a seguinte: ‘Trabalho dele que chega a Brasília é proibido antes mesmo de ser lido. Os censores dizem: ‘Plínio Marcos? Proibido’’. A proibição tinha um objetivo mais cruel e restrito: impedi-lo de trabalhar. Fosse onde

proibida pela Censura.

fosse”, de acordo com outra passagem biográfica de Plínio Marcos (MENDES, 2009, p. 335).

O auge da censura e da efervescência política duraria de dezembro de 1968, até o chamado início da abertura política, em 1975. Nesse intervalo, o país testemunharia o fechamento temporário do Congresso Nacional, a recorrência da cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, o estabelecimento da censura à imprensa e às produções culturais, as demissões nas universidades, a exacerbação da violência repressiva contra grupos oposicionistas, armados ou desarmados. “É, por excelência, o tempo da tortura, dos alegados desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga”, segundo Maria Almeida & Luiz Weis (1998, p. 322). Até que a ditadura chegasse ao fim, no ano de 1985, inúmeras pessoas – entre anônimos e famosos, sobretudo residentes nas grandes cidades – sofreriam perseguição e censura política, pelo combate e pela resistência contra a vigência de um Estado autoritário e repressor. É justamente no contexto do final da década de 1960 que se destaca a figura singular de “Plínio Marcos cronista”, objeto de análise de nosso presente trabalho.

Outra passagem destacada sobre censura ao cronista de um ‘tempo mau’, em meados da década de 1970, diz respeito ao período em que Plínio Marcos trabalhou na revista *Veja*⁶ – o autor assinava uma coluna sobre futebol –, época em que ele viveria um dos momentos mais emblemáticos de sua carreira na imprensa. “(...) Como não perdia a oportunidade de criticar desde cartolas e dirigentes de futebol até a dita censura, teve várias crônicas censuradas e não publicadas, até sua demissão [da *Veja*] em janeiro de 1976”, conforme menção do *site* oficial do autor⁷. Entre uma crônica e outra, Plínio alternava o “registro sobre o circunstancial” acerca do futebol brasileiro, ao tratar dos bastidores dos principais clubes de futebol do país; no geral, suas críticas recaíam sobre parte dos dirigentes de tais agremiações (d)esportistas. Tal posicionamento – o que a censura interpretava como um “ato subversivo” – fez com que sua experiência como colunista da revista *Veja* culminasse em sua “demissão”, a critério de Victor Civita, dono da citada publicação, atendendo a um “pedido” dos censores do regime militar, conforme a tese *Plínio Marcos: uma biografia*, de Lucinéia Contiero (2006, p. 268). Além da experiência no jornal *Última Hora* e na revista *Veja*, Plínio ainda passaria por *Realidade*, *Diário da Noite*, *Opinião*, *A República*, *Caros Amigos*, *O Pasquim*, *Folha de S. Paulo*, *Diário*

⁶ Durante sua passagem pela revista *Veja* (entre outubro de 1975 e janeiro de 1976), Plínio Marcos publicaria um pouco mais de dez crônicas sobre futebol (pelo que se sabe, até hoje tais crônicas publicadas na revista citada não foram editadas no formato de livro), sob o olhar atento da censura política então instalada no país.

⁷ Registro do site de Plínio Marcos, criado e mantido atualmente por membros de sua família. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. (Acesso em 05 de janeiro de 2010).

Popular, Jornal da Orla, entre outros periódicos. Dono de uma voz quase sempre polêmica, o autor escreveria sobre temas variados do cotidiano, do futebol ao cinema.

A propósito de “A voz de Plínio”, título de Javier Contreras (2002, p. 17), as crônicas plinianas – uma das mais marcantes referências estilísticas de “Plínio Marcos cronista” – são realçadas como um dos principais interesses do “Plínio Marcos dramaturgo”: “o retrato dos excluídos pela sociedade e o repúdio do poder em relação a esse panorama”. Neste sentido, podemos dizer que, ao longo do tempo, a obra teatral do autor manteve vínculo estreito com as suas ações desempenhadas em jornais e/ou periódicos. “Autodenominando-se ‘repórter de um tempo mau’⁸, Plínio Marcos pariu e deu voz a uma formidável galeria de criaturas: ternas, líricas, truculentas, vadias, esperançosas, vitais em sua sobrevivência, seres midiaticizados pelo real e pelo imaginário”, segundo o atestado de “Crônicas de um tempo mau”, de Edécio Mostaço (Ibidem, p. 10). É, assim, de um retrato de “tipos midiaticizados”, que destacamos a produção simbólica de Plínio Marcos em plataformas de veículos midiáticos, seja pelo viés essencialmente jornalístico (crônicas, reportagens, ensaios) ou pela problematização estilística acerca do “circunstancial”, reconhecidamente de formato ficcional (contos).

Do ano de 1968, até praticamente o fim de sua vida, em 1999, Plínio Marcos esteve presente cotidianamente na imprensa. Como cronista, o autor exerceu a função integral da atividade midiática: ora se expressava como contador de histórias e ensaísta (polemista), ora como redator propriamente dito. Durante a ditadura militar, suas passagens por jornais e revistas seriam marcadas pela censura e pelas demissões unilaterais; de fato, o autor se destacaria pelo enfrentamento contra os poderes então constituídos e chefes de redação dos grandes meios de comunicação do país, com os quais colaborou. A partir da redemocratização política (1985), contudo, Plínio Marcos se vê sem espaço na grande imprensa, e menos ainda nos palcos. Passaria, assim, a viver de palestras em escolas e universidades, e de trabalhos eventuais. “Dos ofícios que a vida lhe ensinou, os de contador de histórias e camelô eram os que caíam bem. O escritor é ruim, mas o camelô é bom – passou a ser o lema da sua modéstia”, segundo Mendes (2009, p. 344-345). “Calado no palco e na imprensa, o repórter [e/ou cronista] Plínio Marcos encontrou na literatura e no livro a porta entreaberta ao testemunho de um tempo mau”. Desde então, Plínio se “recolheria” à “marginalidade” de seu exercício de “homem de jornal” (e de autor teatral), até o fim de sua vida, escrevendo esporadicamente para periódicos alternativos e de expressão segmentada.

⁸ É a partir desta autodenominação que formulamos o título deste trabalho, destacando o *cronista* à alcunha de *um tempo mau*. A adaptação é providencial, uma vez que sintetiza, com rigor, o nosso objeto de estudo.

Na sequência, mencionaremos breves marcas de caracterização – feito registro de amostras – das crônicas plinianas como resultado de uma formação de discurso que envolve jornalismo, literatura e história, e que, ao mesmo tempo, realça uma marca singular e expressiva da representação da “pobreza” no Brasil da segunda metade do século XX. Trataremos ainda de destacar potenciais implicações de um dramaturgo reconhecido, na condição de um “cronista de um tempo mau”, expressão marcada por uma clara contestação política ante um regime militar (1964-1985), contra o qual o sujeito Plínio Marcos posiciona-se criticamente pelo exercício de liberdade de expressão individual, social e artística, sem, no entanto, se vincular a qualquer programa político-partidário.

No geral⁹, a análise inclui apresentação e análise de duas crônicas do autor; uma publicada no jornal *Última Hora de SP* (1968-1970/1971-1975), onde Plínio colaborou como cronista, repórter e editor; e a outra publicada na revista *Veja* (1975-1976), onde atuou como colunista. O ensaio em torno destes dois textos – nominados em linhas subsequentes – esboça um trabalho maior: uma proposta de tese de doutorado em História da Literatura, então em desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O trabalho programado do estudo de tese inclui a coleta e reunião de 400 a 500 crônicas aproximadamente, datadas e registradas em um intervalo histórico de 17 anos. As publicações textuais¹⁰ incidem nominalmente sobre os seguintes veículos de comunicação: jornal *Última Hora de SP* (1968-1970/1971-1975), onde Plínio colaborou como cronista, repórter e editor; jornal *Diário da Noite de SP* (1970), onde ele atuou como colunista e repórter; jornal *Guaru News* (1972), onde foi colunista; *Veja* (1975-1976), onde atuou como colunista; revista *Realidade* (1976-1977), onde ele imprimiu colaborações esparsas com contos-reportagens; e o jornal *Folha de São Paulo* (1977), onde atuou como colunista e repórter. A partir de sua demissão do Grupo Folha, até o fim de sua vida, Plínio não conseguiria mais emprego permanente nos grandes veículos de comunicação¹¹. Ele, porém, continuaria escrevendo para jornais de mídia e pequena circulação. A relação inclui *Jornal do Povo* (Campinas, SP), no qual assinava uma coluna semanal; *Pasquim*; *Opinião*; *Versus*; *Movimento*; *Jornal de Curitiba*; *Aqui São Paulo*; *Jornal Enfim*; *Jornal da Estrada*; *A Época*; *Jornal da Orla* (Santos, SP), no qual manteve uma coluna semanal nos dois últimos

⁹ O estudo está em pleno desenvolvimento, no que deve resultar em um texto de tese de doutorado.

¹⁰ Neste ponto, defendemos que o número de textos-objetos é compatível, enquanto registros localizáveis, com o tempo de atuação profissional de Plínio Marcos na imprensa, onde ele teve participações diárias, e com um levantamento já feito a partir de fontes confiáveis e publicamente reconhecidas.

¹¹ O registro foi extraído do site oficial de Plínio Marcos (<http://www.pliniomarcos.com/jornais-revistas.htm>).

anos de sua vida. E para as revistas: *Placar*; *Atenção*; *Viaje Bem*; *Status*; *Ele & Ela*; *InTerValo 2000*; e *Caros Amigos*.

A escolha das crônicas de Plínio Marcos, abordadas aqui, como objeto de análise, faz-se relevante, portanto, não só pelo alcance e representatividade dos temas vinculados a um dado contexto sócio-político da segunda metade do século XX, mas também pela importância de suas produções textuais, sobretudo no que se refere ao uso de recursos estilísticos para gerar efeitos de sentido.

Na referência direta à crônica sublinhamos *Duas ou três páginas despreziosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas*, de Luiz Carlos Simon. Na obra, a crônica é objeto de debate ao vocalizar traços inúmeros da condição humana. É pela crônica que se pode atentar a perspectivas diversas, entre as quais, a novos paradigmas sociais e sexuais, a questões de gêneros humanos, a temporalidades e a dimensões tecnológicas, “entre tantos outros que visam o estabelecimento de redes entre o exercício da leitura e [d]a vida, em seu sentido mais amplo”, conforme as palavras de Armando Gens, expostas na apresentação do livro (2011, p. 19).

Outra obra sobre o gênero a destacar é *A crônica (1985)*, de Jorge de Sá, texto que nos oferece um aspecto do gênero pelo registro do circunstancial e de sua condição estrutural de narrativa; uma evocação de um importante momento histórico, que trata do surgimento de uma espécie de primeiro cronista que no país aportou: Pero Vaz de Caminha, autor da famosa carta escrita ao el-rei D. Manuel, documento histórico que traz as primeiras impressões de um grupo de colonizadores portugueses que por aqui passaram, em 1500.

Quanto às crônicas plinianas, originalmente publicadas em jornais e revistas, vale considerar, podem ser analisadas a partir de um paralelo literário com os textos de Nelson Rodrigues – ensaísta, cronista, contista e romancista de talento reconhecido e, historicamente –, ao lado de Plínio Marcos, tido como um dos principais dramaturgos brasileiros de todos os tempos¹². Entretanto, no caso de Plínio, muitos desses textos ficaram perdidos nos periódicos em que foram publicados, nunca aparecendo em livro, vitimados pela perecibilidade do suporte jornalístico.

¹² Notadamente, Plínio Marcos e Nelson Rodrigues firmam um paralelo que vai além da conformação de suas respectivas produções: a de “autores proibidos”, inúmeras vezes censurados pela ditadura militar – sendo o primeiro muito mais censurado que o segundo. Enquanto Plínio se posicionava abertamente contrário ao regime militar (1964-1985), Nelson foi declaradamente a favor do então regime autoritário instituído.

Atenhamo-nos agora a um trecho de “O que se pode dizer do futebol brasileiro”, crônica de Plínio Marcos, publicada na edição de 19 de novembro de 1975, na revista *Veja*. Como se perceberá, trata-se de um texto parcialmente censurado pela ditadura militar:

1 Se num dia qualquer da semana você cruzar, pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus, com um caminhão repleto de saudáveis rapazes de roupa colorida, sapatos de sola três andares, longos cabelos tingidos ou cabeleiras pantera-negra, não fique pálido de espanto diante da visão. Não se trata de boias-frias, que tomaram vitamina e aderiram aos últimos guinchos da moda importada, indo pra lavoura. Podem crer, os boias-frias, com o feijão e farinha de cada dia, não vão ter nunca aspecto saudável. E por mais que estejam emprenhados pelos olhos e pelos ouvidos, através do rádio e da televisão, e por mais que estejam sabendo das facilidades dos crediários, os nossos boias-frias não vão poder se enfeitar como bonecos de engonço.

A rapaziada que vai em cima do caminhão, portanto, não são boias-frias: são os jogadores do Santos, ou do Vasco da Gama, ou do Atlético Paranaense ou do Coritiba, ou do Figueirense, ou do Atlético e América mineiros, ou de outro clube qualquer que foi desclassificado do Campeonato Brasileiro e que agora anda se batendo pelas *quebradas do mundaréu*, atrás de um campinho no alto de uma pirambeira ou na beira da vala, a fim de tirar uma pelada com um timeco encardido e que possa garantir uma graninha micha pra minorar a violenta crise financeira que vai sufocando os clubes que sobraram. (MARCOS, 1975, p. 108)

Ao tratar das condições econômicas de jogadores de futebol, Plínio Marcos expõe, simultaneamente, a realidade política das agremiações esportivas de sua época, não raro, por meio de uma crítica incisiva, aspecto que, ao longo do tempo, realçaria a sua marca de “cronista polêmico”¹³. Aliás, talvez seja o tom polemista, o principal motivo para que muitos de seus textos esbarrassem com a censura política então vigente, como de fato aconteceu com a sua citada crônica, que no contexto de publicação teve metade de sua composição removida do espaço de diagramação. Basta observarmos na fonte consultada, que o autor tinha o hábito recorrente de elencar em tópicos numerados, os principais comentários de sua coluna semanal. Em “O que se pode dizer do futebol brasileiro”, pode-se ver os tópicos “1”, “2” e “6”, o que sugere a ausência de outros (“3”, “4” e “5”, e possivelmente o registro de outros subseqüentes ao de número “6”). E mais: no rodapé da página 108, na metade do espaço destinado ao texto, vemos que *Veja* ainda traz vinculada à edição do mesmo texto, o retrato de um caminhão de carroceria aparentemente “sucateado” e cheio de bóias-frias em péssimas condições de locomoção de trabalho. Tão ou mais

¹³ A expressão original é “jornalista polêmico”, adotada por Lucinéia Contiero, como título de um subitem de um capítulo de sua Tese de Doutorado, intitulada *Plínio Marcos: uma biografia*, defendida no ano de 2006, na Universidade Estadual Paulista – Campus de Assis. Entendemos por bem realizar a adaptação do termo, sem intentar prejuízo de sua descrição conceitual.

irônica quanto o texto e a fotografia é a sua legenda: “Bóias-frias, ou um time que sobrou do Brasileirão à procura de adversários?”.

A partir do tópico “1” da coluna de Plínio – com base em dois outros tópicos publicados (“2” e “6”) – podemos inferir que o dito *cronista de um tempo mau* aborda, de forma geral, a “situação difícil” dos clubes de futebol brasileiros, para, nos tópicos seguintes, tratar pormenorizadamente sobre alguns deles, como fez com o Santos F. C., no tópico “2”:

2 Se num dia qualquer da semana você abrir o jornal e ler um anúncio retumbante: “Aceitamos jogo pra domingo no nosso campo ou no campo do adversário. Damos bola e aceitamos qualquer juiz. Renda dividida. Tratar na Vila Belmiro com o senhor Modesto Roma, por telefone ou por ofício”, não se surpreenda. É o Santos F. C. que está caindo pelas tabelas e começa a compreender finalmente que a vida sem Pelé é muito dura. (Idem)

Além da marca de polemista e/ou de “autor proibido”, outro aspecto realçado em “Plínio Marcos cronista”, diz respeito à peculiaridade de sua “linguagem de jornal”. Resguardadas as especificidades do veículo de comunicação em que o autor escreveu, podemos realçar duas vertentes estilísticas em sua composição: a primeira representada pela crônica, com realce de comentário – abordada acima; a segunda remete a textos mais narrativos, muitos deles publicados como contos. Ambas as abordagens, percebemos, destacam-se pelo uso de expressões e gírias populares, e funcionam como elemento agregador de comunicação; uma “forma de dizer” que, muitas vezes, se vincula a um público específico.

Na passagem que se segue, destacamos outra crônica pliniana, que originalmente seria publicada no jornal *Última Hora*, de São Paulo, mas que foi integralmente proibida pela censura do regime militar então instituído no país. Trata-se de um texto extraído da coluna diária “Jornal do Plínio Marcos”¹⁴, datado de 21 de abril de 1974. Na oportunidade, o nosso *cronista de um tempo mau* formula três tópicos sobre o dito registro circunstancial.

No primeiro tópico, temos o começo da crônica, em que o autor inicia com o relato de “duas mocinhas, empregadas domésticas no Rio de Janeiro, [que] tiveram folga e foram passear. Passearam até ficarem sem dinheiro. Aí, viram que era tarde. E foram pedir auxílio num posto policial. Contaram a história do passeio e foram curradas pelos policiais”. O episódio, é claro, causa indignação no *cronista*, que logo percebe mais uma face sinistra de *um tempo mau*. “Dá pra entender?”, ele prossegue. “Tu se sente a perigo, chama a polícia e

¹⁴ Disponível em: <http://www.pliniomarcos.com/jornaiserevistas/jornaldoplinio.htm>

a polícia, em vez de te socorrer, te barbariza. Aí, como é que fica? A população se sente cada vez mais intranquila”. Plínio, então, vocaliza o sofrimento das vítimas e de toda uma coletividade que seria alvo de demais arbitrariedades e abusos de poder, e amplia sua crítica a um estado de coisas que, de antemão, já não favorece a polícia: afinal, o contexto sócio-político é de autoritarismo e a crítica à polícia é elemento central nesta história de cotidiano.

Na forma de relato, o autor prossegue com a crônica:

Ainda no Rio de Janeiro, onde urubu de tão gordo já nem levanta voo, moradores de uma favela se viram no papo-de-aranha com um tal de Paulo Sapo e com um tal de Baianinho, que sem a menor cerimônia cobravam taxa de proteção dos favelados. Quem não pagava trinta cruzeiros por semana para os dois pilantras era esculachado. Tinham seus barracos invadidos, suas filhas estupradas, suas mulheres sofriam horrores e seus filhos eram baleados. Procuraram a polícia e não adiantou. A polícia se fechou em copas. Achou que era mentira dos favelados. Claro que o Paulo Sapo e o Baianinho souberam das reclamações dos seus vizinhos e, pra dar exemplo, mataram dois ou três. Aí, com defunto na fita e tudo, os apavorados favelados não chamaram a polícia. Juntaram seus trecos e mudaram do morro. Fugiram. Fugiram de medo dos bandidos. Fugiram por não confiarem na polícia.

O texto, que fora de contexto pode suscitar para alguns um “caso isolado”, para outros, lembra uma passagem premonitória: o registro de figuras atreladas ao crime de máfia, código atualmente associado às milícias, daquelas que “cobram taxa de proteção dos favelados” no Rio de Janeiro. Mas em meados de 1970, o relato pliniano vai além, pois denuncia um período de clara repressão instituída e generalizada. A população não se sente segura com a situação então vivida. “Agora eu pergunto: se um povo perde a confiança na sua polícia, o que acontece? Foge? Se arma pra poder resistir?”. Tal questionamento faz com que o próprio cronista se desloque ao mesmo patamar de seus leitores. “Sabe como é. O pavor transforma as pessoas”, escreve Plínio, como que admitindo a própria tensão vivida pelas vítimas policiais, a ponto de comparar polícia com bandido.

As linhas que se seguem são representativas: “Todo valente que eu vi morrer acabou na mão de um covarde aterrorizado. E é assim que a população está ficando. Não confia na polícia, tem medo dela e dos bandidos. Aí, se arma na retranca e o clima fica tenso. Cada um, cada um. E de repente estão todos se matando”. Ao final da história contada, vemos que o registro do circunstancial feito a respeito de duas mocinhas não era mesmo tão específico. Um olhar de testemunho salta aos olhos de Plínio Marcos, que objetivamente retrata ou aponta o que ele entende como o *xis* da questão:

Esses casos que eu contei se deram no Rio de Janeiro. A cidade maravilhosa. Mas em São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e em qualquer canto a catimba é a mesma. O povo não confia na polícia. E isso é mau. Muito mau. É necessário que se mude essa imagem. Porém (e sempre tem um porém) essa mudança tem que começar dentro da própria polícia. E não basta apenas a expulsão dos maus elementos dos quadros da polícia. É preciso que eles nem entrem na corporação.

Após o primeiro tópico, surge o segundo, destacadamente curto. Sob o intertítulo “Respondendo à freguesia”, Plínio oferece voz direta aos leitores, especificamente a Alair de Almeida, de Sorocaba, um “leitor assíduo” da coluna Jornal do Plínio Marcos. Assim escreve o leitor: “tenho com satisfação notado que você está atacando com mais energia ultimamente. Continue assim.”. Uma linha abaixo, Plínio responde: “Podes crer, Alair. Eu faço o que posso. Sabe como é que é. Não é fácil remar a catraia em águas barrentas e contra a maré.”

Além da interação comunicativa entre cronista e leitor, o diálogo ainda expõe um aspecto importante na linguagem adotada por Plínio Marcos. Seu vocabulário, bastante calcado na gíria de um cotidiano cristalizado e de época, realça um modo de dizer corriqueiro no discurso pliniano, facilmente associado à sua fala de cotidiano e à linguagem de seus textos dramaturgic, jornalístico e ficcional; além disso, o desenlace de muitas de suas histórias, com destaque para as de formato narrativo, normalmente atinge um traço estilístico neorrealista: um olhar literário acerca do cotidiano representado, em uma tentativa de retratar as coisas como elas são, “naturalmente”, sem floreios (embora isso seja impossível na arte).

E, por fim, no terceiro e último tópico da crônica de 21 de abril de 1974, Plínio Marcos flerta magicamente com a arte da ficção e, ao mesmo tempo, com a arte do teatro. O intertítulo traz a inscrição de “Pelo telefone”. A seguir, a transcrição do texto na íntegra:

- Oi, é o Plínio.
- Plínio, aqui é a Bete.
- Que Bete, a Sujinha?
- Sujinha é a mãe. É a Bete Hippye [*sic*].
- Pois é, a Bete que não toma banho.
- Corta essa.
- Corta essa, não. A situação tá ruim. Tá dando praga de piolho nas escolas.
- E eu com isso?
- Tu é cabeluda.
- E daí?
- Daí é que é na tua cabeça que os piolhos procriam.
- Sem essa, bicho.
- Sem essa, uma ova, Sujinha! Tu vê se dá um trato na tua cabeça fedorenta, senão os homens da saúde pública vão te pegar e te rapar o

coco.

- Não vem com essa.
- Não sou eu, Sujinha. É o que tão dizendo. Tão falando que na cabeça dos hippyes [*sic*] é que os piolhos se multiplicam, e daí eles se espalham.
- Quem fala isso é careta.
- Careta ou não, eles só estão apavorados com a volta dos piolhos. Isso tinha acabado. E tu e os teus hippyes criaram as feras de novo.
- Piolho é fácil de acabar.
- Só tem um remédio. Rapar careca o piolhento e esfregar o coco pelado com água e sabão.
- Não inventa.
- Não estou inventando. É o remédio que tem contra piolho. Rapar careca e muita água.
- Não faz onda.
- Não sou eu que espalhei a piolhada nas escolas.
- Nem eu.
- Sei lá. Tu é cabeluda.
- Sai de mim. Não quero papo. Tchau.
- Tchau. Mas lava a cabeça, viu Bete Sujinha. Que é aí na tua cobertura que os piolhos têm ninho. Tchau.

Por imaginário, o diálogo evoca uma realidade extra-referencial destacada, mas por meio de um texto que sugere múltiplos significados. O auxílio do contexto social de época, também neste caso, nos parece providencial para a compreensão das linhas expostas acima.

A última passagem, diga-se, ainda expõe um recurso autoral muito usado por Plínio Marcos. Muitos de seus textos, sobretudo com teor ficcional, como o exposto, revelam um ponto de vista que parte de um contexto de adversidades políticas e foram produzidos como “alternativa de sobrevivência para um dramaturgo expulso do palco”, segundo Mendes (2009, p. 336-337). “Para driblar a censura que chegava à imprensa, desde a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, Plínio escreveria histórias semanais [contos] de personagens populares e anônimos, que conhecia bem”. Ou seja, para ter um salário que ajudasse a sustentar a família, o cronista foi aconselhado – pelo então crítico de teatro João Apolinário, editor do caderno de Variedades do *Última Hora* de São Paulo – a escrever ficção nas páginas do jornal. Como se percebe, e apesar de seu esforço, nem sempre Plínio conseguia contornar a Censura e as deliberadas restrições à liberdade de expressão e de imprensa de sua época.

Das crônicas expostas, evocamos a análise de “Plínio Marcos cronista”, a partir do estudo pormenorizado de sua atuação em veículos jornalísticos, na produção de um tipo de texto que – discursivamente – realça um posicionamento ideológico vinculado ao exercício de liberdade de expressão – muitas vezes sutil e incisivo – de contestação política ante um regime de exceção (1964-1985), então instituído no país; ao mesmo tempo, buscamos apresentar e caracterizar um breve traço de “sentido de marginalidade social” veiculado nos

citados textos plinianos, além de realçar seus traços estilísticos de “representação do pobre” no Brasil da segunda metade do século XX, sob o viés de um ponto de vista comprometido e, de certo modo, vinculado à realidade tematizada no texto.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- CONTIERO, Lucinéia. Plínio Marcos: uma biografia. **Tese**. Assis: *UNESP de Assis*, 2007.

- CONTRERAS, Javier Arancibia (Org.). **Plínio Marcos: a crônica dos que não tem voz**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

- MENDES, Oswaldo. **Bendito maldito: uma biografia de Plínio Marcos**. São Paulo: Editora Leya, 2009.

- SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Ática, 1985.

- SIMON, Luiz Carlos. **Duas ou três páginas despretensiosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas**. Londrina: EDUEL, 2011.

Outras Fontes

- <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>
- <http://www.pliniomarcos.com/>
- <http://acervo.folha.com.br/>